

Golpes Militares No Chile E Na Argentina Na Década De 1970: Uma Perspectiva Comparada

Júlia Brigoni Maciel¹

Luiz Marcelo Michelin Zardo²

RESUMO: Este artigo visa a compreender os contextos políticos de Chile e Argentina imediatamente anteriores aos seus respectivos golpes militares de 1973 e 1976, que inauguraram duas das ditaduras mais violentas da história latino-americana. Intenta-se fazê-lo através de uma perspectiva comparada, vale dizer, identificando, entre tantas diferenças que contrastam os dois casos, um cerne semelhante que permita explicar a eclosão do fenômeno comum associando-o à realidade social e político-institucional do subcontinente àquela época.

Palavras-chave: Golpe militar; Isabelita Perón; Salvador Allende; Política comparada

1 Estudante de graduação em Relações Internacionais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

2 Estudante de graduação em Relações Internacionais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

1 Introdução

O emprego da Política Comparada na explicação de fenômenos históricos é uma ferramenta cada vez mais eminente na literatura contemporânea. Notável esforço nesse sentido é o de Charles Tilly (1996), que visa a responder à indagação sobre o que explica a variedade de formas estatais constituídas ao longo da história europeia desde 990 d.C., e por que, ao fim desse processo, todas convergiram ao modelo de Estado nacional em seus diferentes matizes. O argumento do autor é de que as diversas combinações de capital e coerção (em distintas quantias de acumulação e concentração) levariam a tipos diferentes de Estado. Similarmente, Barrington Moore (1969) se propõe à análise dos fatores que levam as sociedades a se desenvolverem de forma democrática ou autoritária a partir da atitude das classes agrárias e sua relação com as demais. Nessa perspectiva, o autor estabelece três tipos de passagem para a sociedade moderna, vale dizer, a revolução burguesa, a revolução conservadora (ou “de cima”) e a revolução camponesa.

Na análise de um fenômeno comum aos dois países analisados (Argentina e Chile), qual seja, a ocorrência de um golpe militar na década de 1970 diante da realidade histórica do Cone Sul, faz-se adequado o emprego do método das semelhanças, já enunciado por Stuart Mill (1984) - embora ele negasse a validade de seu uso para as ciências sociais. Segundo o autor inglês, se uma variável é eliminada sem alterar o fenômeno, ela não é a causa dele; no caso inverso, ela é sua causa (GONZALEZ, 2008). Logo, diante de “n” fatores diferentes, busca-se aqui um fator comum, variável operativa, que explique a eclosão dos dois acontecimentos (derrubada de Isabelita Perón e Salvador Allende) enquanto manifestações do mesmo fenômeno, isto é, que o determine causalmente.

Intenta-se superar, na medida do possível, o problema “poucos casos e muitas variáveis” inerente à política comparada exposto por Lijphart (1971). Por um lado, não há como aumentar o conjunto de casos, visto que nossa proposta diz respeito à compreensão de um fenômeno histórico específico, temporalmente na década de 1970 e espacialmente no Cone Sul - poder-se-ia pensar na inclusão do Uruguai na análise, mas lá houve um “autogolpe” de Bordaberry, e não uma deposição, o que torna referida hipótese inadequada (FERNANDES; PADRÓS, 2012). Por outro lado, faremos o possível para unir em apenas uma variável aquilo

que concernir à mesma realidade e para focar apenas no que efetivamente se pode comparar, sempre tentando seguir o imperativo de Sartori (1994), de pensar não se duas realidades são comparáveis ou não, mas em que aspectos o são.

Assim sendo, a cada uma das variáveis empregadas corresponde uma das seguintes seções. São elas: tradição de estabilidade política, interferência estadunidense, resultados econômicos do governo deposto e rompimento do pacto social. Expõe-se em que variáveis ambos os regimes pré-golpe se diferenciavam e em qual eles convergiam, de forma a explicar a causa do fenômeno analisado - um golpe militar no Cone Sul na década de 1970.

2 Tradição De Estabilidade Política

O apreço à estabilidade política pode ser visto como um pressuposto, de um lado, vinculado à economia institucionalista, para que os investidores sintam-se seguros e possam investir (NORTH, 1990), e, de outro, para que se logre o aprofundamento das instituições democráticas e da separação dos poderes. É sob esse prisma que se deve compreender a relevância cada vez maior da estabilidade política nos estudos sobre a questão do desenvolvimento; acredita-se que apenas países politicamente estáveis poderiam garantir o progresso social e econômico concomitantemente com a supremacia da *rule of law* (JONG-A-PIN, 2007).

Por definição, um país estável politicamente tem menor propensão a rupturas profundas em sua ordem político-constitucional. Assim, seria esperado que nações com grande incidência de golpes de Estado, notavelmente aqueles que acarretam grandes mudanças, como os latino-americanos, padecessem de uma instabilidade crônica associada a débeis instituições democráticas. Em contextos de crise política, golpes não seriam surpresas em países institucionalmente instáveis. Não obstante, descarta-se a identificação da instabilidade institucional como característica comum a ambos os países no início década de 70, não sendo válida a hipótese de que isso explica ambos os golpes de Estado. Enquanto a Argentina realmente vinha de um histórico político conturbado, o Chile ostentava, à época do golpe de Pinochet, uma tradição parlamentar de cento e vinte anos e uma democracia política de mais de quarenta anos (SOUZA, 2007).

Edwin Lieuwen (1960), em sua magistral obra *Arms and Politics in Latin America*, exaltara a tradição democrática do Chile, que não tenderia a sobressaltos perigosos à separação dos poderes. Ademais, identificou o país no rol daqueles dotados de um Exército não político no subcontinente.

A forte tradição constitucional que provia estabilidade política ao Chile pode ser evidenciada por declarações de Allende e conflitos internos que o presidente enfrentava dentro da *Unidad Popular*. O socialista fazia questão de ressaltar que sua proposta de revolução era legalista e democrática, diferente da que se havia instaurado em Cuba, e que era perfeitamente possível implementá-la sem romper com o ideal institucional-constitucionalista chileno; bastaria modificar-lhe o conteúdo a partir da introdução do sentido de classe (SOUZA, 2007). Nessa perspectiva, Ana Cristina Augusto de Souza (2007) afirma que a corrente majoritária do partido do presidente deposto (Partido Socialista do Chile, PSCh) discordava da posição oficial ao passo que concebia como incompatíveis a democracia representativa e a social; para esses militantes mais radicais, apenas seria possível alcançar o socialismo através de uma ruptura com o sistema institucional e constitucional burguês vigente até então. Allende, pois, era frequentemente alcunhado de reformista, e os setores à sua esquerda associavam-no aos governos anteriores do país, por exemplo, ao do social-democrata Eduardo Frei (1964-1970) (BORGES, 2009).

O valor dado por Allende ao institucionalismo chileno o fez crer, inclusive, no senso legalista das Forças Armadas nacionais, que, na sua visão, seriam diferentes daquelas dos demais países sul-americanos, associadas ao golpismo e à desestabilização de governos democráticos. Definiu ele seu país em relação à postura dos militares chilenos, em entrevista publicada em revista nacional: “um país onde a consciência civil tem uma determinada força por tradição, as Forças Armadas um sentido profissional preciso, onde a institucionalidade tem um peso e um conteúdo bem definido” (ALLENDE, 1979). Nessa perspectiva, após crises como o bloqueio de abastecimento por uma greve dos caminhoneiros e protestos violentos dos grupos de extrema-esquerda, Allende incorporou militares ao seu governo, atribuindo-lhes ministérios-chave da máquina pública ao acreditar que poderiam ajudar a lidar com a delicada situação (SOUZA, 2007).

É certo que houve um golpe impetrado pelas mesmas Forças Armadas, mas ignorar que realmente havia uma tradição de estabilidade corroborada inclusive pelo Exército significa subestimar a experiência política de Allende e as evidências proporcionadas pela história chilena. Interpretações que associam o golpe à fragilidade institucional do país, igualando o caso chileno ao argentino ou mesmo ao brasileiro de 1964, portanto, carecem de base empírica. Se as Forças Armadas agiram, não foi, certamente, pela força da tradição e de sucessos históricos.

A Argentina, por sua vez, em 1976 inaugurou o seu sétimo período governado por militares em cem anos (ROMERO, 1996). Isso se explica pela configuração histórica das instituições argentinas. Até 1854, o presidente argentino era também o governador da província de Buenos Aires (ROMERO, 1996); esse domínio portenho implica que desde o início a concentração dos poderes faz parte da realidade política argentina. Ademais, a própria República tem sobressaltos desde o seu início; o primeiro grande nome histórico da política Argentina, o do general Juan Manuel Rosas, é caracterizado por uma ditadura longeva que chegou a instaurar um órgão parapolicial de repressão política que causou a morte de centenas de civis, a *Mazorca* (DI MEGLIO, 2009).

Após a posse de Perón, inegavelmente um marco da história política do país, a Argentina viveu dois golpes além daquele de 1976. O primeiro depôs o justicialista de seu segundo mandato, que vivia um contexto de crise após conflitos com a Igreja Católica e a dificuldade de preencher o vácuo de apelo popular deixado pela morte da popular primeira-dama Evita Perón. Concomitantemente, o presidente colocava em prática uma estratégia autoritária, iniciada com o decreto de estado de guerra decorrente de uma incipiente tentativa de golpe militar, a *chirinada* (ROMERO, 2006). Nesse período marcado pela deturpação da separação dos poderes, em que a Administração Pública tornou-se partidarizada, instituindo-se a exigência de filiação em troca de benefícios profissionais (ROMERO, 2006), concretizaram-se uma nova tentativa de golpe militar em 1953, que culminou em mais de trezentas mortes (ROMERO, 2006), e a deposição efetiva, em 1955, pelo Exército, Marinha e Força Área (LIEUWEN, 1960).

Similarmente, houve outro golpe militar em 1966, conhecido como a Revolução Argentina, que derrubou o presidente eleito Arturo Illia. O político

da *Unión Cívica Radical*, apesar de ter melhorado substancialmente os resultados econômicos e sociais, era criticado por sua “lentidão”, isto é, pelo fluxo constitucional e legalista de seu governo (ABRAHAM, 2016). Essas percepções, como se pode notar, demonstram a ausência dos valores democráticos na cultura política argentina à época. Enquanto militares e a Igreja Católica defendiam uma guinada conservadora, o peronismo também retomava sua força. Assim, entre uma polarização de paixões, a postura moderada de Illia, apesar dos bons resultados do governo, não lograva alcançar o apoio necessário.

Portanto, a tradição de estabilidade política encontrava espaço no Chile, mas não na Argentina. Vislumbram-se, pois, quadros absolutamente distintos, e não uma situação comum a ambos capaz de explicar as deposições de Allende e Isabelita como manifestações de um mesmo fenômeno.

3. Interferência Estadunidense

Nesta seção, propomo-nos a analisar os contextos de Chile e Argentina que levaram aos respectivos golpes de Estado a partir da interferência (ou não) dos Estados Unidos nesse processo. Intuitivamente, sabe-se que a atuação americana no período estava relacionada ao espectro político do governo vigente; quanto mais próximo este do comunismo e do sistema soviético, em um contexto de Guerra Fria, maior a probabilidade de haver alguma sorte de intervenção indireta. Nossa decisão de unir interferência estadunidense e espectro ideológico do governo depositado em uma só variável, sabendo que a primeira é consequência do segundo, relaciona-se à proposta, explicitada na Introdução, de lidar com o problema “poucos casos e muitas variáveis” da política comparado exposto por Lijphart (1971).

Desde sua campanha em 1969 até o golpe de 1973, que deu fim ao seu mandato, Allende pregou a “via chilena” ao socialismo. Esta ancorava-se em preceitos democráticos que visavam, dentro dos moldes constitucionais já existentes, à preparação do país para a implantação pacífica do regime (SOUZA, 2007). O presidente, vale dizer, sempre afirmava-se um revolucionário, e não um reformista, ele mesmo vinculando-se ao marxismo (SOUZA, 2007). Tal via propagada por Salvador Allende, ao mesmo tempo que não seguia o modelo soviético, buscando um caminho alternativo que fosse adequado à realidade chilena, despertava suspeitas

no governo americano de Nixon, que, desde antes da eleição do presidente chileno, já planejava intervir na política do país (UNITED STATES OF AMERICA, 2017).

No contexto dessa “via chilena”, deve-se atentar a discursos do próprio Allende para compreender seu significado: para ele, a nacionalização do cobre, do ferro e de parte substancial do processo de produção seriam manifestações socialistas (ALLENDE, 1971), as quais ele, inclusive, chegou a parcialmente implementar. Essa associação entre socialismo e soberania nacional também pode ser identificada na política externa de seu governo, que se pretendia independente, e não imersa em um dos blocos ideológicos do período - uma afirmação do não alinhamento já consagrado pelas conferências de Bandung e Belgrado. Pode-se ilustrá-la pelo primeiro artigo do projeto de Constituição da *Unidad Popular*, que seria submetido a referendo; segundo ele, o Chile “integra a comunidade latino-americana e participa na comunidade universal como país livre, soberano e economicamente independente” (ALLENDE, 1973). A política externa de Allende, dessa forma, segue os princípios estabelecidos pela Unidade Popular de uma política exterior independente, baseada na não intervenção, na autodeterminação dos povos, na não proliferação de armas nucleares, no desarmamento e nas distensões leste-oeste, dando suporte às lutas anti-coloniais e à integração da América Latina (MAGASICH, 2014).

Assim, em meio à Guerra Fria, os Estados Unidos, em política enraizada na Doutrina Truman, lutaram contra o comunismo ajudando financeiramente os países que se posicionassem a favor do bloco capitalista e combatendo em sua política externa aqueles que apoiassem o regime rival ou práticas anti-americanas (GUIMARÃES, 2002). Dessa forma, Washington desestabilizou o governo de Allende e facilitou o caminho para o golpe, apoiando, posteriormente, a ditadura de Pinochet.

Documentos recentemente publicizados pela CIA comprovam uma atuação ativa dos americanos na derrubada do presidente marxista. Entre tais documentos há um memorando que confirma que os Estados Unidos patrocinaram grupos de oposição ao governo de Salvador Allende, eleito democraticamente (BBC, 2000). Mesmo no pleito em que Allende foi vitorioso, a principal campanha opositora, de Eduardo Frei, recebeu apoio monetário (UNITED STATES OF AMERICA, 2017).

Menos de um mês antes do golpe, burocratas estadunidenses liberaram uma verba secreta de US\$1 milhão para partidos políticos e organizações privadas opositoras ao presidente chileno (BBC, 2000). Isso agudizou a conjuntura política nacional, tornando-a mais polarizada e afetando a tradição de apreço à *rule of law* do país.

Na Argentina, porém, não houve interferência americana na derrubada da líder Isabelita Perón. O peronismo, saliente-se, nunca se constituiu como uma alternativa socialista; mesmo o rótulo “esquerda” é discutível para os governos autoritários, populistas e focados no desenvolvimentismo econômico e na promoção de direitos trabalhistas instaurados na América Latina naquele período.

Deve-se ter em mente que o governo Isabelita, instaurado após a morte de seu marido, Juan Domingo Perón, presidente eleito para seu terceiro mandato do qual Isabelita era primeira-dama e vice-presidente concomitantemente, foi um intento de continuação da tradição política de seu marido (ROMERO, 2006). Entre as principais características desse legado, para além da promoção de direitos trabalhistas, do desenvolvimento econômico e da centralização política, destaca-se a busca de universalidade, isto é, de alcançar diversos grupos concomitantemente, como o movimento estudantil, as forças sindicais e o empresariado. Segundo Romero (2006), isso se dava através, por exemplo, do aparelhamento do Estado, incluindo administração pública, educação e mesmo as Forças Armadas.

Isabelita, não obstante, não tinha a mesma astúcia política de seu marido já falecido; afastou aliados não próximos de ministérios-chave, debilitando o apoio ao seu governo (ROMERO, 2006). Ademais, as circunstâncias econômicas já eram mais frágeis; uma inflação altíssima e um estrangulamento no balanço de pagamentos tornaram necessário um choque econômico pelo ministro da Fazenda Celestino Rodrigo, o *rodrigazo*, que envolveu forte desvalorização cambial e aumento da carga tributária (ROMERO, 2006). Nesse contexto, o apoio universal, identificado nos mais diversos grupos sociais e econômicos nos quais se assentava o peronismo, não mais existia. Empresários, na visão de Romero (2006), pareciam sentir prazer em conceder cada vez mais reajustes ao operariado pelo impacto inflacionário e o caos insuflado na economia. A presidente, para sobreviver, apostara na classe empresária, que não hesitara em contribuir para sua derrocada. A quebra da universalidade foi, ainda, fomentada pela divisão do movimento peronista, no qual abriu-se um

vácuo a partir da morte do líder - montoneros e sindicalistas, por exemplo, tinham concepções distintas do que seria o verdadeiro peronismo (ROMERO, 2006). Portanto, a crise econômica, a inexperiência política da presidente e o vácuo intrapartidário após a morte do líder corroeram o governo de Isabelita.

Como se pode concluir, pois, não havia cunho marxista no peronismo ou no governo Isabelita. Inclusive, a aposta dela no empresariado para sair da crise econômica e política refuta qualquer vinculação de seu governo ao socialismo. O mesmo pode ser dito da política externa, sem sobressaltos em relação à estabelecida por Perón. Paralelamente a uma política de não alinhamento e de eventuais discordâncias com a potência capitalista, as relações do peronismo com os EUA foram conduzidas com cautela e respeito (MORGENFELD, 2014). Isso explica a falta de interesse norte-americano em participar de sua destituição. Segundo documentos liberados pela CIA, os EUA tinham conhecimento do plano de derrubada da presidente dois meses antes de sua concretização (EL PAÍS, 2016); não há indícios, contudo, de qualquer participação no processo.

Portanto, o golpe chileno contou com interferência estadunidense ao passo que o governo deposto era declaradamente socialista; o golpe argentino não teve participação americana, e o governo deposto se caracteriza não como marxista, mas apenas como populista. A variável que intitula esta seção, pois, não permite identificar uma convergência entre os casos de Chile e Argentina.

4. Resultados Econômicos

Resultados econômicos negativos tendem a ser um fator-chave na explicação da deposição de governos, visto que se perde apoio dentro da base aliada e, ainda, da população. Assim sendo, nesta seção propomo-nos a analisar os resultados econômicos, determinantes da pujança econômica e social nacional, durante os governos Allende e Isabelita Perón.

Alguns analistas, apenas analisando números, poderiam identificar uma recessão no governo Allende e outra no governo Isabelita como componentes causais importantes da destituição dos referidos líderes. De fato, no caso argentino, a crise foi uma determinante da perda de apoio da presidente e da consequente destituição. Contudo, no caso chileno identificamos uma inversão da causalidade. A recessão

foi uma consequência da instabilidade política gerada após a consolidação do desejo de afastar Allende, visto que, até que se fortalecessem as estratégias políticas da Oposição, a economia nacional obtinha bons resultados.

Quanto ao Chile, deve-se notar o fato de que o início do governo Allende gerou um resultado econômico bastante satisfatório. Em 1971, a taxa de crescimento da economia chilena foi de 9% (CHILE, 2001). Em 1972, a tendência crescente foi mantida até meados do ano; é nesse contexto que se explicam as altas taxas de aprovação do presidente em abril deste ano, superiores a 64% (NAVIA; OSORIO, 2015). Contudo, o início das investidas da Oposição neste ano, através de manobras desestabilizadoras, explica a guinada para a recessão. 1972 terminou com uma contração econômica de 1,2%, acentuada em 1973, último ano do governo do presidente, quando o resultado do PIB foi de -5,6% (CHILE, 2001).

Enquanto as estatizações haviam, efetivamente, elevado a produtividade real de diversas empresas (BORGES, 2014), o choque de interesses que essas medidas haviam provocado levou a reações das elites. Essas reações se davam através da imprensa, que tendia a ter um viés contrário ao governo, e de manobras estratégicas como as diversas acusações constitucionais impostas pelo Partido Nacionalista contra o ministro da Economia, Pedro Vuskovic, devido às estatizações (BITAR, 2013). A grande materialização desse movimento opositor se deu em outubro de 1972; os proprietários de caminhões, principal meio de transporte de cargas do Chile à época, com medo de terem suas empresas nacionalizadas, paralisaram as atividades, gerando uma crise distributiva no país que colaborou para os resultados econômicos ruins daquele ano (BITAR, 2013). Além dos efeitos negativos sobre o produto, a pausa no fornecimento de alimentos e outros bens pressionou a inflação, e uma taxa controlada, de 20% ao ano em 1971, evoluiu para mais de 75% em 1972 (Worldwide Inflation Data, 2017). Diversas categorias profissionais urbanas aderiram à paralisação, identificando nela uma oportunidade de enfraquecer definitivamente o governo do socialista (EL PERIODISTA, 2016). O objetivo, efetivamente, foi alcançado. Polarizado o país, é fácil explicar a recessão de 1972 e 1973 pela depressão de investimentos oriunda das más expectativas sobre o país, que acentuava cada vez mais sua instabilidade política.

Assim sendo, não é a crise econômica que explica as condições criadas para a derrubada de Allende; o desejo de destituir o presidente, pois, é anterior, e se encerra no antagonismo entre os interesses dos grupos econômicos poderosos e a ideologia oficial. A estratégia política dos adeptos da derrubada, então, é que condicionou a deterioração econômica.

Na Argentina, contudo, a situação era bastante diferente. Isabelita Perón assumiu o governo em meio à comoção popular gerada pela morte de seu marido, Juan Domingo Perón. Em meio a uma conjuntura econômica ruim, logo após o choque do petróleo de 1973, Isabelita assumiu um país com dificuldades nas contas externas e inflação crescente (ROMERO, 2006). O ajuste econômico de Perón, que havia sido bem-sucedido até o fim do referido ano, começava a perder seu vigor (ROMERO, 2006). Isso tornou necessário que a presidente e seu governo, para garantir a solvência do país, recorressem a um choque de desvalorização cambial e aumento da tributação sobre os combustíveis, o *rodrigazo*, assim nomeado em referência ao então ministro da Economia, Celestino Rodrigo (ROMERO, 2006). Foi nesse momento que o universalismo do peronismo, que sempre obteve apoio na maioria das camadas da população argentina, trabalhadora e empresária, ruiu. O operariado iniciou greves, sentindo fortemente a perda do seu poder de compra, e a elite industrial, teoricamente a maior beneficiada com a desvalorização cambial - facilitadora das exportações - também se voltou contra a presidente, ciente de sua inexperiência administrativa e diante do quadro inflacionário gravíssimo instaurado após a depreciação do peso, que reduzia o poder de compra e diminuía a demanda (ROMERO, 2006). Desembocou-se, logo, também em recessão - o PIB contraiu 0,6% em 1975 (DATOS MACRO, 2017), ano do *rodrigazo* -, e os empresários pareciam não se importar em conceder reajustes aos empregados, alimentando cada vez mais a inflação e a crise econômica (ROMERO, 2006). Nota-se, aqui, como agentes econômicos se valeram de suas capacidades financeiras como armas políticas. Assim, sucumbiu à instabilidade o governo da ex-primeira dama.

No caso argentino, portanto, ao contrário do chileno, a crise econômica precede o desejo de se derrubar o chefe de Estado. Apenas após a dramatização do quadro econômico, vislumbrando a falta de capacidade da presidente em lidar com ele, é que houve uma articulação de esforços no país visando a desestabilizar

o governo e, pois, a criar o ambiente propício para uma ruptura, vale dizer, um golpe de Estado. Sem esse ambiente, os militares enfrentariam resistência popular e empresarial e, provavelmente, não teriam condições reais de tomar o poder.

5. Rompimento Do Pacto Social

Se o caso chileno e o argentino diferem no tocante às três variáveis até agora expostas, eles convergem quanto à ocorrência de um rompimento do pacto social. É essa a variável que explica as destituições de Allende e Isabelita como dois acontecimentos referentes ao mesmo fenômeno, um golpe militar em países do Cone Sul na década de 1970. Antes de explicar como se deu esse rompimento em ambos os países, é necessário descrever como o pacto social é um determinante da estabilidade política e por que isso é verdadeiro de forma ainda mais nítida nos países latino-americanos.

Sabendo que as sociedades nacionais não são homogêneas, mas divididas em classes sociais, categorias profissionais e culturais distintas com interesses distintos, é virtualmente impossível que um governo seja capaz de agradar a todas essas subdivisões de forma equânime. Especialmente no que concerne às classes sociais, políticas de governo são, inevitavelmente, vinculadas aos interesses do empresariado ou da sociedade de massas. Afinal, a seleção de investimentos e de modelos de tributação e políticas macroeconômicas passa por atribuir bônus ou ônus que podem ser maiores ou menores a um desses grupos. Apenas em uma situação de pujança econômica, em que seja possível gerar ganhos a ambos (embora não de forma equânime), pode se formar uma coalizão social, um pacto entre diferentes classes para apoiar um regime ou governo.

A instituição do pacto social apenas é possível porque os grupos de interesse nacionais tendem a pensar em termos absolutos, e não relativos. Se o empresariado tem um acréscimo significativo em seus lucros, ele tende a não se voltar contra o governo, mesmo que os trabalhadores tenham uma melhoria de rendimentos ainda superior. Isso se dá à medida que, na sociedade doméstica, os ganhos de um grupo não implicam perdas para outro, isto é, não se vive em um “jogo de soma zero”. Diferentemente, na sociedade internacional, Keohane (1998) afirma que em determinadas circunstâncias os Estados podem seguir uma lógica de termos

relativos, porquanto ganhos maiores de um país em relação aos demais desequilibram a balança de poder, mesmo que em termos absolutos todos tenham ganhado.

Dito isso, a necessidade de um pacto social é ainda mais intensa nas sociedades não desenvolvidas, nas quais as heterogeneidades de classe são ainda mais exacerbadas. As contradições encerradas na posição entre o mundo desenvolvido e o subdesenvolvido - a semiperiferia, na visão de Wallerstein (2004) - implicam desigualdades socioeconômicas muito maiores, que tornam mais difíceis as possibilidades de conciliação entre classes sem que haja prosperidade econômica ou forte nacionalismo diante de conflitos internacionais. É nesse sentido que se enquadra o conceito de heterogeneidade estrutural, descrito por Ricardo Bielschowsky (1995): em países semiperiféricos e em desenvolvimento, como os latino-americanos, a coexistência de diversos modos de produção, desde a agricultura de subsistência até indústria de alta tecnologia, é capaz de acentuar ainda mais as clivagens sociais.

Assim sendo, devemos compreender como o rompimento do pacto social no Chile possibilitou a destituição de Allende se, como afirmamos na seção anterior, não foram as dificuldades econômicas que precederam as mobilizações pela desestabilização do presidente, mas o inverso. Não há, portanto, a possibilidade de ser a recessão a responsável pelo rompimento do pacto social no país.

Deve-se dizer que, apesar do resultado econômico excepcional no início do governo Allende, aproximando-se dos 10% de crescimento anual do Produto Interno Bruto em 1972 (CHILE, 2001), os ônus de determinados grupos de interesse remetentes a empresários e rentistas foram substancialmente maiores do que os bônus propiciados pela prosperidade econômica. O crescimento era irrelevante para os empresários que tinham suas companhias nacionalizadas ou com risco de o serem (caso dos proprietários de caminhões, que organizaram greves). O mesmo é válido para os latifundiários que tiveram suas terras redistribuídas. A economia prosperava, mas ao mesmo tempo, o governo tomava medidas profundas cujo impacto a referidos grupos era muito maior que o crescimento. Isso dificultou, desde o começo, a formação de uma aceitação do governo que abarcasse as diversas classes sociais. As duras medidas tornavam impossível um pacto social com as elites, razão que corrobora a concepção de Ana Cristina (2004) de que o socialismo revolucionário e constitucionalista de Allende era realmente idealista.

No caso argentino, por sua vez, vale a regra de que as dificuldades econômicas foram responsáveis pelo rompimento do pacto social. Como exposto na seção anterior, após as duras medidas do *rodrigazo* tornou-se clara a crítica situação econômica do país, além da inexperiência política da presidente para lidar com as questões, que confiava a políticos de sua órbita pessoal, muitas vezes figuras controversas, como José López Rega, “El Brujo” (ROMERO, 2006). A aposta na desvalorização cambial foi uma confiança da presidente nos empresários para salvar seu governo, favorecendo-os em termos relativos, isto é, em comparação com os trabalhadores. Entretanto, ambos os grupos perderam em termos absolutos, lógica determinante na política doméstica, e isso gerou o enfraquecimento do pacto social a partir de ambos os lados. A inflação e a recessão diminuíram o poder de compra da população, que perdeu fortemente seu padrão de vida. Por outro lado, a desvalorização e o estímulo às exportações não foram capazes de superar o efeito negativo da catástrofe econômica nacional, já que a estrutura econômica do país era mais voltada ao mercado interno após um contexto de substituição de exportações e de tradição protecionista no país.

Portanto, tanto Argentina quanto Chile testemunharam uma ruptura do pacto social que garantia a estabilidade política durante os governos de Isabelita Perón e Salvador Allende, respectivamente. As razões para tal rompimento foram diferentes, mas ele efetivamente aconteceu nos dois países e foi condição *sine qua non* para a ocorrência do golpe, fenômeno analisado neste artigo.

6. Conclusão

Neste trabalho, valemo-nos do método das concordâncias da Política Comparada para compreender o golpe militar que destituiu Isabelita Perón, na Argentina, e aquele que derrubou Allende, no Chile, como manifestações de um fenômeno dos anos 70 no Cone Sul. Concluímos que, no que tange à tradição de estabilidade política, à interferência estadunidense e aos resultados econômicos, os países tiveram conjunturas diferentes, que não seriam capazes de oferecer uma explicação comum. Ambos, não obstante, vivenciaram uma ruptura do pacto social responsável por garantir a governança nacional, e esta logra explicar como o fenômeno do golpe militar encontrou condições de se efetivar nos dois países.

No quadro que segue, oferecemos um resumo da situação de Chile e Argentina nos governos de Allende e Isabelita no que se refere às variáveis aqui empregadas.

Quadro 1: Resumo

| Variável | Chile | Argentina | Conclusão |
|--|--|---|---|
| Tradição de estabilidade política | Tradição constitucional longa, com um Exército legalista, cento e vinte anos de funcionamento congressional e uma democracia ininterrupta há décadas. | País com uma política historicamente instável, repleta de golpes de Estado impetrados pelo Exército: dois deles no ínterim de vinte e um anos antes da derrubada de Isabelita. | <u>Situações diferentes.</u> Não se pode, pois, atribuir à tradição de instabilidade a manifestação do fenômeno em ambos os países. |
| Interferência estadunidense | O governo Allende era declaradamente socialista revolucionária, o que suscitou, em um contexto de Guerra Fria, o suporte dos Estados Unidos aos grupos opositores. | O governo Isabelita era representante da tradição peronista, populista que pretendia um alcance universal na sociedade, sem qualquer referência socialista ou marxista, o que fez com que não houvesse intervenção norte-americana no golpe. | <u>Situações diferentes.</u> Os governos depostos eram de posições bastante diferentes no espectro ideológico, o que fez com que não houvesse atuação dos Estados Unidos em ambos os processos. |
| Resultados socioeconômicos | O início do governo Allende teve resultados econômicos excelentes, mas a tomada de decisões políticas que violavam os interesses das elites determinou manobras de desestabilização do governo, que acarretaram diversos problemas econômicos. | Isabelita recebeu o país em uma situação econômica frágil, cujos indicadores foram agravados durante o seu governo através do rodrigazo. As dificuldades econômicas culminaram na perda de apoio da presidente, cenário que permitiu sua destituição. | <u>Situações diferentes.</u> Apenas na Argentina os maus resultados econômicos levaram a mobilizações pelo fim do governo. No Chile estas causaram a crise, e não foram determinadas por ela. |

| | | | |
|--|--|--|--|
| <p>Rompimento do pacto social</p> | <p>As políticas de Allende (Reforma Agrária, estatizações...) afetavam profundamente os interesses das elites, que decidiram romper o pacto social que dava governabilidade ao país.</p> | <p>Os maus desempenhos econômicos da Argentina sob Isabelita Perón geraram perdas tanto para empresários quanto para os trabalhadores; assim, ambos os grupos retiraram-se do pacto social que permitia a governabilidade.</p> | <p><u>Situações correspondentes</u>. Tanto no Chile quanto na Argentina o pacto social entre classes e diferentes grupos de interesse desmoronou, o que foi determinante para a ocorrência do fenômeno (golpe)</p> |
|--|--|--|--|

Fonte: Elaborado pelos autores.

Military Coups In Chile And Argentina In The 70S: A Comparative Perspective

ABSTRACT: This paper aims to comprehend the political contexts of Chile and Argentina immediately before their respective military coups in 1973 and 1976, that inaugurated two of the most violent dictatorships of the history of Latin America. We plan to do that through a comparative perspective, that is to say identifying, among many differences that contrast the two cases, a similar core that allows to explain the emergence of the common phenomenon associating it to the social and political-institutional reality of the subcontinent by that time.

Keywords: Military coup; Isabelita Perón; Salvador Allende; Comparative Politics

Referências

ABRAHAM, Andrés. ¿Por qué destituyeron a Illia?. *MDZ*, Mendoza, 28. jun. 2016. Disponível em: <<http://www.mdzol.com/opinion/680297-por-que-destituyeron-a-illia/>>. Acesso em 23 dez. 2017.

ALLENDE, Salvador. Conversación con Allende. [Maio, 1971]. Santiago: *Compañero Presidente*. Entrevista concedida a Régis Debray.

_____. Salvador Allende: de cara a la verdad/diálogos con la prensa. *Revista Tercero Mundo*, v. 12, n. 26, p.70, 1979. Entrevista concedida a Roberto Rosselini.

_____. Mi propuesta a los chilenos, documento póstumo. Barcelona: Centro de Estudios Políticos Simón Bolívar y Fundación Presidente Allende, 1973.

BBC. *EUA 'minaram democracia no Chile'*. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2000/001114_chile.shtml>. Acesso em: 14 nov. 2000.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.

BITAR, Sérgio. *El gobierno de Allende, Chile 1970-1973*. Santiago: Pehuén Editores, 2013.

BORGES, Elisa de Campos. O Governo de Salvador Allende no Chile: atuação dos trabalhadores e a organização de novas relações de trabalho. **Projeto História**. São Paulo, n. 47, 2013, pp. 85-109.

CHILE. Banco Central de Chile. *Indicadores Económicos y Sociales de Chile 1960-2000*. Santiago: Banco Central de Chile, 2001.

DATOS MACRO. *PIB de Argentina*. Disponível em: <<https://www.datosmacro.com/pib/argentina>>. Acesso em: 02 jan. 2018.

DI MEGLIO, Gabriel. La Mazorca y el orden rosista. *Prohistoria*, Rosario, v. 12, p. 69-90, 2009. Disponível em <http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1851-95042009000100003&lng=es&nrm=iso>. Acesso em 22 dez. 2017.

EL PAÍS. *Novos documentos revelam que EUA conheciam plano de golpe na Argentina em 1976*. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/12/13/internacional/1481657626_461766.html>. Acesso em 14 dez. 2016.

EL PERIODISTA. *El paro que coronó el fin o la rebelión de los patrones*. Disponível em: <<http://www.elperiodista.cl/newtenberg/1387/article-32642.html>>. Acesso em 16 dez. 2016.

FERNANDES, Ananda Simões; PADRÓS, Enrique Serra. A gestão do golpe no Uruguai: o governo Bordaberry e o papel dos militares (1972-1973). *Estudos Ibero-americanos*, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p.27-44, 2012.

GONZALEZ, Rodrigo Stumpf. O Método Comparativo e a Ciência Política. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*. Brasília, v. 2, 2008.

GUIMARÃES, Cesar. A política externa dos Estados Unidos: da primazia ao extremismo. *Estud. av.*, São Paulo, v. 16, n. 46, p. 53-67, . 2002 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142002000300005&lng=en&nrm=iso>.

JONG-A-PIN, Richard. On the measurement of political instability and its impact on economic growth. *European Journal of Political Economy*, v. 25, pp. 15–29, 2009.

KEOHANE, Robert. International institutions: Can interdependence work? *Foreign Policy*; Washington; mar/jun. 1998; p. 82-96

LIEUWEN. *Arms and Politics in Latin America*. Nova Iorque: Frederick A. Praeger for the Council on Foreign Relations, 1960.

LIJPHART, Arend. Comparative politics and the comparative method. *American Political Science Review*. v. 65, 1971, po. 6682 - 6693

MAGASICH, Jorge. O Chile de Allende: uma tentativa de política internacional independente. *Correio da Cidadania*, São Paulo, 22. mai. 2014. Disponível em: <<http://www.correiodacidade.com.br/30-artigos/america-latina/9635-22-05-2014-o-chile-de-allende-uma-tentativa-de-politica-internacional-independente>>. Acesso em 24 dez. 2014.

MILL, John Stuart. *Sistema de lógica dedutiva e indutiva*. São Paulo: Abril Cultural, 1984 (Coleção Os Pensadores).

MOORE JR., Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MORGENFELD, LEANDRO. Argentina y Estados Unidos, golpe a golpe (1966-1976). *Revista SAAP*, Ciudad Autónoma de Buenos Aires , v. 8, n. 2, p. 521-554, 2014. Disponível em <http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1853-19702014000200006&lng=es&nrm=iso>. Acesso em 03 jan. 2018.

NAVIA, Patricio; OSORIO, Rodrigo. Las Encuestas de Opinión Pública en Chile Antes de 1973. *Latin American Research Review*, Notre Dame, v. 50, n. 1, pp.117-139, 2015.

NORTH, Douglas. *Institutions, Institutional Change and Economic performance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

ROMERO, Jose Luis. *Breve História da Argentina*. São Paulo: Ática, 1996.

ROMERO, Luiz Alberto. *História contemporânea da Argentina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

SARTORI, Giovanni. Morlino, Leonardo, org. *La comparación en las Ciencias Sociales*. Madrid: Alianza Editorial, 1994.

SOUZA, Ana Cristina Augusto de. Salvador Allende e o mito da estabilidade chilena. *Revista Intellector*, Rio de Janeiro, v.3, n. 6, 2007.

TILLY, Charles. *Coerção, Capital e Estados Europeus*. SP: Edusp, 1996.

UNITED STATES OF AMERICA. OFFICE OF THE HISTORIAN. *The Allende Years and the Pinochet Coup, 1969–1973*. Disponível em: <<https://history.state.gov/milestones/1969-1976/allende>>. Acesso em: 22 dez. 2017.

WALLERSTEIN, Immanuel. *World-System Analysis: an introduction*. Durham: Duke University Press, 2004.

WORLDWIDE INFLATION DATA. *Inflación histórica Chile - inflación IPC*. Disponível em: <<http://es.inflation.eu/tasas-de-inflacion/chile/inflacion-historical/ipc-inflacion-chile.aspx>>. Acesso em: 23 dez. 2017.